

## **As políticas afirmativas e seus enquadramentos na iniciação científica: performances dos egressos do PIBIC-AF**

Luciana Rodrigues Lessa<sup>1</sup>

Tamiris Pereira Rizzo<sup>2</sup>

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca<sup>3</sup>

### **RESUMO**

As desigualdades étnico-raciais na Ciência ocupam lugar de destaque nas pautas das principais agências de fomento à pesquisa. De maneira oposta, como justificativa para essa condição, ainda repercutem os discursos sobre a defasagem no desempenho de graduandos cotistas. Este trabalho buscou conhecer as políticas afirmativas voltadas para a formação inicial de pesquisadores, com ênfase na evolução dos egressos do Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF) nos Campos Acadêmico e Científico. Nesta pesquisa, de cunho quantitativo, foram utilizados os dados disponíveis em três plataformas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o “Fomento Nacional”, o “Portal Memória — Histórico bolsa/ano” e a “Plataforma Lattes”. O ScriptLattes foi a ferramenta utilizada para

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Severino Sombra. Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Grupo de Estudos sobre Desigualdade na Educação e na Saúde (GEDES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3954-8199>. E-mail: [lurodlessa@hotmail.com](mailto:lurodlessa@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo. É integrante do Grupo de Estudos sobre Desigualdades na Educação e na Saúde (GEDES) e do Núcleo de Estudos de Gênero e Relações Étnico-Raciais na Educação Audiovisual em Ciências e Saúde (NEGRECS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2226-9620>. E-mail: [rizzo.tamiris@unifesp.br](mailto:rizzo.tamiris@unifesp.br).

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado pela Universidade de Barcelona. Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior da SESu/MEC. Coordenador do Grupo de Estudos sobre Desigualdades na Educação e na Saúde (GEDES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7495-4902>. E-mail: [abrasil@ufrj.br](mailto:abrasil@ufrj.br)

extrair informações dos 12.890 Currículos Lattes avaliados, todos pertencentes aos egressos do PIBIC e do PIBIC-AF e oriundos da Grande Área das Ciências da Saúde. Inicialmente, foi estabelecida uma síntese dos programas contextualizando-os com a expansão do ensino superior. Também foi realizada uma análise comparativa entre os resultados obtidos pelos egressos do PIBIC-AF e aqueles observados para os egressos do PIBIC, segundo parâmetros empregados nas avaliações do CNPq e outros que se mostraram convenientes. As análises estatísticas revelaram a paridade entre os dois programas na maioria dos quesitos avaliados, porém evidencia uma discrepância quanto à ocupação das posições de poder. Como forma de aperfeiçoamento do PIBIC-AF, destaca-se a elaboração de políticas públicas e institucionais que contribuam para a ampliação das vagas; para a promoção do acesso aos Programas de Iniciação Científica; e para garantia da ocupação das posições de destaque na Ciência e na Academia por negros, indígenas e quilombolas.

**Palavras-chave:** políticas afirmativas; formação de pesquisadores; PIBIC-AF.

## **Affirmative policies and their frameworks in scientific initiation:** performances of PIBIC-AF graduates?

### **ABSTRACT**

Ethnic-racial inequalities in Science occupy a prominent place on the agenda of the main research funding agencies. On the other hand, as a justification for this condition, the discourses about the gap in the performance of quota student students still reverberate. This work sought to know the affirmative policies aimed at the initial training of researchers, with emphasis on the evolution of Institutional Scientific Initiation Program in Affirmative Actions (PIBIC-AF) graduates in the Academic and Scientific Fields. In this quantitative research, data available on three National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) platforms were used: "Fomento Nacional", "Portal Memória — Histórico Bolsa/Year" and "Plataforma Lattes". ScriptLattes was the tool used to extract information from the 12,890

Lattes Curricula evaluated, all belonging to PIBIC and PIBIC-AF graduates and coming from the Health Sciences Area. Initially, a synthesis of the programs was established, contextualizing them with the expansion of higher education. A comparative analysis was also carried out between the results obtained by PIBIC-AF graduates and those observed for PIBIC graduates, according to parameters used in CNPq assessments and others that proved to be convenient. Statistical analyzes revealed the parity between the two programs in most of the evaluated aspects, however it shows a discrepancy regarding the occupation of positions of power. As a way of improving the PIBIC-AF, the development of public and institutional policies that contribute to the expansion of vacancies stands out; to promote access to Scientific Initiation Programs; and to guarantee the occupation of prominent positions in Science and Academia by blacks, indigenous peoples and quilombolas.

**Keywords:** affirmative policies; researchers training; PIBIC-AF.

## **Políticas afirmativas y sus marcos en la iniciación científica:** desempeños de los egresados del PIBIC-AF

### **RESUMEN**

Las desigualdades étnico-raciales en Ciencia ocupan un lugar destacado en la agenda de las principales agencias de financiación de la investigación. Por otro lado, como justificación de esta condición, aún resuenan los discursos sobre la brecha en el desempeño de los estudiantes de cuota. Este trabajo buscó conocer las políticas afirmativas dirigidas a la formación inicial de investigadores, con énfasis en la evolución de los egresados del Programa Institucional de Iniciación Científica en Acciones Afirmativas (PIBIC-AF) en los Campos Académico y Científico. En esta investigación cuantitativa, se utilizaron los datos disponibles en tres plataformas del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq): "Fomento Nacional", "Portal Memória — Histórico Bolsa/Año" y "Plataforma Lattes". ScriptLattes fue la herramienta utilizada para extraer información de los 12.890 Currículos Lattes evaluados, todos

pertencientes a egresados del PIBIC y PIBIC-AF y provenientes del Área de Ciencias de la Salud. Inicialmente, se estableció una síntesis de los programas, contextualizándolos con la expansión de la educación superior. También se realizó un análisis comparativo entre los resultados obtenidos por los egresados del PIBIC-AF y los observados para los egresados del PIBIC, según parámetros utilizados en las evaluaciones del CNPq y otros que resultaron convenientes. Los análisis estadísticos revelaron la paridad entre los dos programas en la mayoría de los aspectos evaluados, sin embargo, muestra una discrepancia en cuanto a la ocupación de los puestos de poder. Como forma de perfeccionamiento del PIBIC-AF, se destaca el desarrollo de políticas públicas e institucionales que contribuyan a la ampliación de vacantes; promover el acceso a los Programas de Iniciación Científica; y garantizar la ocupación de cargos destacados en la Ciencia y la Academia por negros, indígenas y quilombolas.

**Palabras clave:** políticas afirmativas; formación de investigadores; PIBIC-AF.

## INTRODUÇÃO

Em 2022, comemorou-se o decanato da “Lei das Cotas”, Lei n.º 12.711/12 (BRASIL, 2012). Paralelamente, iniciou-se a discussão sobre a sua revisão no Congresso Nacional. A reserva de vagas, garantida pela lei, pode ser avalista do acesso ao ensino por parte de seus beneficiários, mas ainda não promoveu, com a mesma intensidade, a ocupação de outros espaços no ambiente acadêmico, como a pesquisa e a extensão.

Sobre esse aspecto, a pesquisa científica ocupa posição de destaque na universidade (TERRA, 2019). A iniciação científica, então, é o elo entre a pesquisa e o ensino, na graduação. É um espaço de destaque onde as pressões do Campo Educacional e do Campo Científico se manifestam conjuntamente, ocasionando grande tensão e disputa. Esse lugar foi historicamente ocupado por uma minoria e pouco frequentado por estudantes pobres, negros, indígenas e quilombolas.

Uma importante questão abordada por Bourdieu (1998) diz respeito ao ingresso dos estudantes cotistas no ambiente universitário. Pode-se falar que existe, nesse processo, alguma semelhança com o que foi observado pelo autor no século passado, na França, no que se refere ao ingresso das classes populares no sistema de ensino. Sobre esse aspecto, o sociólogo denuncia a remodelação dos mecanismos de exclusão a fim de garantir as posições de destaque para as classes mais abastadas.

Nesse contexto, Oliveira e Bianchetti (2019, p. 471) apontam para problemas no ingresso de alunos no PIBIC, principal expoente da iniciação científica no país. Eles sinalizam que os processos de seleção dos bolsistas “reproduzem, em sua maioria, a escolha dos eleitos, dos já escolhidos, dos que possuem maior capital social, escolar e econômico”.

Isso se torna mais preocupante diante dos discursos que preconizam um déficit no desempenho dos graduandos cotistas, a despeito dos diversos estudos que comprovaram o oposto (DALLABONA & SCHIEFLER FILHO, 2011; NASCIMENTO, 2015). Como os processos seletivos para o ingresso na iniciação científica não são normatizados, a escolha acaba sendo feita a partir de parâmetros pouco definidos.

Dessa forma, todos os aspectos positivos inerentes à iniciação científica, que poderiam contribuir para minimizar as disparidades na formação de pesquisadores, são transmutados em mecanismo de perpetuação da branquitude na ocupação das posições mais privilegiadas, na Ciência, na Academia e em outros espaços sociais.

Sendo assim, é importante conhecer iniciativas que promoveram o acesso dos estudantes cotistas às atividades de pesquisa, assim como delinear um estudo que avalie a promoção do Capital Científico decorrente dessa prática.

Este trabalho é parte de uma pesquisa de Doutorado, realizada no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde, do Instituto Nutes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo geral é traçar um panorama da inserção de graduandos cotistas em Programas de Iniciação Científica, realizados em universidades públicas.

Além de demarcar a iniciação científica como importante espaço de construção do pensamento crítico e de promoção da igualdade étnico-racial na Ciência, o presente estudo também teve como objetivo conhecer o histórico e a evolução dos Programas de Iniciação Científica voltados para os graduandos cotistas e avaliar a evolução dos seus egressos no Campo Científico, especialmente daqueles que são da Grande área das Ciências da Saúde.

## REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

O principal elemento abordado neste estudo é a evolução da iniciação científica e sua caracterização como um espaço de promoção das políticas afirmativas. Sobre esse aspecto, recorre-se a Pierre Bourdieu (1975) para entender a Ciência e a sua configuração atual. Para o autor, a estrutura de distribuição de poder tem a ver com o acúmulo de Capital Científico.

A partir dessa relação, Bourdieu (1975) enxerga o mercantilismo e os pressupostos da sociedade capitalista de classes na dinâmica do Campo Científico (HOCHMAN, 1994). Dessa forma, o Campo Científico é um tipo particular de mercado inserido em uma ordem econômica capitalista, onde o cientista faz suas escolhas segundo uma estratégia de investimento dirigida para a maximização do lucro de Capital Científico, sendo este um fator determinante da posição ocupada pelo agente no campo.

O processo de acúmulo de Capital Científico se assemelha a qualquer outro tipo de capital, podendo ser acumulado, transmitido ou transmutado em outro capital (BOURDIEU, 1975). Nesse sentido, pode ser dividido em, pelo menos, duas espécies, sendo um denominado de Capital Científico Puro e o outro conhecido como Capital Científico Institucionalizado.

No primeiro, o incremento ocorre por meio da formação acadêmica; das atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão; das orientações acadêmicas, da coordenação e da participação em projetos de pesquisa; da consultoria *ad hoc* de revistas; da participação em congressos; das publicações em periódicos, livros, capítulos de livros e boletins técnicos e, por fim, dos prêmios de destaques (TEIXEIRA, 2012).

Já o Capital Científico Institucionalizado “diz respeito ao poder político, institucional ou institucionalizado” e está relacionado ao prestígio (SCARTEZINI, 2011, p. 35). Pode ser fomentado por meio de “cargos em conselhos, de comissões, de consultorias, de cargos administrativos em departamentos” que necessitam de “nomeações e documentos legalmente considerados no âmbito interno da universidade” (TEIXEIRA *et al.*, 2012, p.193). Também pode ser angariado mediante a participação em bancas de concursos e dissertações, assim como pela presença em cerimônias e reuniões (SCARTEZINI, 2011, p. 35).

A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma pesquisa de cunho quantitativo baseada na Descoberta de Conhecimento em Banco de Dados (DCBD), onde o processo de extração de conhecimento é realizado a partir de um conjunto de dados (CARDOSO; MACHADO, 2008). Foram concatenados dados disponibilizados pelo CNPq, em diferentes sítios, sendo eles: o “Fomento Nacional”, a página de “Portal Memória — Histórico bolsa/ano” e a “Plataforma Lattes”.

O Currículo Lattes é um instrumento criado pelo CNPq para padronizar e centralizar informações pessoais, profissionais e acadêmicas do pesquisador. A qualidade e a fidelidade das informações são monitoradas e verificadas pela comunidade científica, visto que essas informações são os principais requisitos na disputa por recursos e posições no Campo Acadêmico e Científico (ALVES *et al.*, 2012). Lançada em 1999, a Plataforma Lattes contabilizava no último levantamento, em 2017, aproximadamente 5.000.000 de currículos (DIGIAMPIETRI *et al.*, 2012; ESTÁCIO, 2017).

O site “Fomento Nacional” disponibilizava os nomes e outras informações sobre os bolsistas vinculados a todos os programas do CNPq entre os anos de 2000 e 2018. O filtro “Programa do CNPq” por “Grande área” possibilitou o acesso aos nomes daqueles que participaram do PIBIC e do PIBIC-AF em cada ano. Infelizmente, este sítio foi retirado da web no ano de 2019, quando essas informações já haviam sido coletadas.

Outros dados utilizados nesta pesquisa foram acessados a partir do “Portal Memória — Histórico bolsa/ano”, que faz parte do sítio de “Dados Abertos”. Essa página contém arquivos das listagens

completas das bolsas disponibilizadas pelo CNPq, assim como os dados do beneficiário (nome e número de identificação), da instituição e do curso ao qual está vinculado, além da identificação do título do projeto e da área do conhecimento da bolsa (CNPq, 2018).

A partir dos nomes e de outras informações daqueles que participaram do PIBIC e do PIBIC-AF, entre os anos 2009 e 2011, foram obtidos os seus respectivos números identificadores (ID), uma sequência de 16 dígitos que identifica cada pesquisador inscrito na base de dados do CNPq e resolve a problemática dos homônimos.

De posse dessas informações, em outubro de 2021, foi realizada a extração dos dados dos Currículos Lattes. Esses dados extraídos e tabulados pelo ScriptLattes foram, posteriormente, submetidos ao tratamento estatístico e aqui serão apresentados.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A evolução da iniciação científica como espaço de formação de pesquisadores e como cenário das políticas afirmativas

Estima-se, por meio da revisão da literatura realizada por Massi e Queiroz (2010), que os Programas Institucionais de Iniciação Científica no Brasil foram inspirados naqueles que já existiam nos Estados Unidos (EUA) e França. Nos EUA, o programa *Research and Development* era direcionado para os alunos do último ano de graduação de Ciência e Engenharia, por meio da produção de uma tese correlacionada às atividades desenvolvidas no departamento. Na França, as atividades ocorriam durante o estágio realizado em um laboratório universitário ou industrial, a partir do qual o estudante elaborava um relatório final (MASSI; QUEIROZ, 2010).

No Brasil, a iniciação científica alvorece informalmente ainda na década de 50, uma vez que a formalidade veio somente em 1961, quando a relação entre o Ensino Superior e a Pesquisa Científica foi preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4.024/1961) (BRIDI, 2010). A iniciação científica se torna uma política nacional, começando a ser "organizada, promovida e financiada pelo governo federal" em 1963 (MASSI; QUEIROZ, 2015, p. 38). Sua expansão veio



com a Reforma Universitária em 1968 e desde então tem contribuído “para articular pesquisa e ensino de graduação e impulsionado a formação de novas gerações de pesquisadores” (MARTINS, 2009, p. 17).

Em 1988, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) foi formalmente criado pelo CNPq, considerado o Programa de Iniciação Científica de maior relevância no Brasil (PIRES, 2008). A Resolução Normativa 17/2006 do CNPq estabelece, como objetivos gerais do PIBIC, a contribuição para: “a formação de recursos humanos para a pesquisa; a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional”, assim como reduzir o tempo médio de ingresso e permanência dos alunos na pós-graduação (CNPq, 2006, p.1). Dessa forma, o modelo atual de iniciação científica se constitui em uma atividade que possibilita a inserção do educando na produção de conhecimento científico, articulando e conectando as pesquisas científicas realizadas nas universidades com as práticas acadêmicas (BRIDI, 2010).

Para além do axioma da formação de pesquisadores, a autora também destaca a importância da atividade de iniciação científica na estrutura curricular, situando-a como o componente pedagógico que mais contribui para a compreensão do método científico nas diferentes áreas do conhecimento (BRIDI, 2010).

Enquanto prática pedagógica, é possível reconhecer, nas atividades de iniciação científica, “experiências renovadoras”, que se destinam à “formação integral dos sujeitos, com a constituição progressiva de autonomia”, promovendo o “domínio dos processos de pesquisa em todas as suas dimensões” e a construção de “um pensamento crítico comprometido com as realidades investigadas” (BONIN, 2015, p. 18).

Quanto à sua contribuição para a formação de pesquisadores, estima-se que 30% dos bolsistas PIBIC chegam ao Mestrado em um tempo expressivamente menor. A transição entre a conclusão da graduação e o ingresso no Mestrado é de 1,2 anos, para não bolsistas PIBIC pode chegar a 6,8 anos, em média. A iniciação científica também proporciona uma formação diferenciada, o contato direto com o orientador, com pós-graduandos, com graduandos de outras

instituições e com a sociedade científica, além da participação em eventos científicos (MASSI; QUEIROZ, 2014).

Pinho (2017) ainda destaca que as bolsas fornecidas pela Iniciação Científica também favorecem a permanência do aluno no ensino superior, uma vez que servem como complemento financeiro durante o curso.

Diante das inúmeras vantagens oferecidas pelo PIBIC e das dificuldades encontrada por estudantes provenientes de escolas públicas, negros, indígenas e quilombolas para ingressarem no programa, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR) resolve agir. Ela convoca o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o CNPq para uma parceria que culmina com a elaboração do Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), no ano de 2009 (CNPq, 2009).

O objetivo principal do PIBIC-AF é ampliar a oportunidade de formação técnico científica para alunos cotistas (CNPq, 2009). Mesmo não sendo um espaço exclusivo para estudantes negros, indígenas e quilombolas, o programa PIBIC-AF representa um espaço mais acolhedor para eles.

## **Desvelando grandezas dos Programas de Iniciação Científica**

O primeiro fator quantitativo que se mostra relevante para este trabalho é a quantidade de bolsas direcionadas ao PIBIC-AF. Essa análise foi realizada a partir dos dados disponíveis no sítio “Fomento Nacional” do CNPq.

Inicialmente, o PIBIC-AF foi direcionado às Universidades Públicas beneficiárias de cotas PIBIC e que já haviam implantado o sistema de cotas com base na autonomia dessas instituições. O projeto-piloto contava com a concessão de uma cota de 600 bolsas (500 concedidas pelo CNPq e 100 pela SEPPIR) às universidades (CNPq, 2009).

Sobre esse aspecto, observa-se na Tabela I que a concessão das 600 bolsas previstas para a etapa foi alcançada no ano de 2010. A evolução do número de bolsas deixa claro que o PIBIC-AF ainda se encontrava em fase experimental no ano de 2017.

**Tabela I** — Evolução do número de matrículas e de bolsas/ano<sup>4</sup>

ANO	MATRÍCULAS IES PÚBLICAS	MATRÍCULAS IES PRIVADAS	BOLSAS/ANO PIBIC	BOLSAS/ANO PIBIC-AF
2009	1.523.864	4.430.157	20.083,2	190,8
2010	1.643.298	4.736.001	22.081,2	626,2
2011	1.773.315	4.966.374	23.452,8	765,3
2012	1.897.376	5.140.312	23.621,7	769,7
2013	1.932.527	5.373.450	23.550,2	774,6
2014	1.961.002	5.867.011	23.533,3	768,4
2015	1.952.145	6.075.152	23.998,2	786,6
2016	1.990.078	6.058.623	21.970,6	722,2
2017	2.045.356	6.241.307	22.887,0	845,2
TOTA	—	—	205.178,2	6.249,0

**Fontes:** CNPq (2018). Acesso em: jan. de 2018; INEP<sup>5</sup>. Acesso em: mar. de 2023.

A partir da Tabela I, outra questão que se destaca é a relação entre o número de matrículas e de bolsas, que se torna mais preocupante com o aumento desproporcional entre o número de bolsas e o de alunos matriculados. Sobre esse aspecto, Bourdieu (1998, p. 220–223) observou que o aumento do acesso de grupos excluídos ao sistema educacional não corresponde à ocupação das posições sociais mais avantajadas pelos mesmos. Dessa forma, mesmo que esses indivíduos ocupem os mais elevados níveis do sistema educacional, o processo de exclusão modifica seu *modus operandi*, formando um contingente que o autor chamou de “Excluídos Dentro”.

A dificuldade de acessar a iniciação científica devido ao pequeno número de bolsas faz dela uma formação elitizada, destinada a um pequeno número de alunos e limitada às instituições que se destinam à pesquisa. A participação em seus projetos se mantém guardada para os “escolhidos”. Esse é um dos mecanismos

<sup>4</sup> Cada bolsa equivale às doze parcelas pagas no ano, para um ou mais bolsistas.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>

que possibilita que as posições de poder continuem sendo reservadas para as classes mais abastadas.

Outra questão suscitada a partir da Tabela I é a discrepância entre o número de alunos matriculados na rede privada e na rede pública. Os números revelam que a rede privada aloca, aproximadamente, três em cada quatro alunos da graduação.

A expansão da Educação Superior na rede privada foi favorecida por políticas governamentais como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que tinham o objetivo de incentivar a criação de novos cursos de graduação e aumentar do número de estudantes matriculados (MUGNOL & GISI, 2013).

Assim como ocorreu no ensino público, a promulgação da Lei das Cotas teve efeito nas universidades particulares. A união das políticas públicas com a reserva de vagas gerou um considerável aumento do número de pessoas pardas, pretas, pobres, indígenas e quilombolas na Educação Superior (MUGNOL & GISI, 2013).

Essa nova configuração acentuou a problemática da falta de financiamento em pesquisa nas Instituições particulares. A pequena frequência de projetos de iniciação científica nas Instituições Particulares se deve à falta de investimento, situação motivada pela carência de legislações que obriguem o setor privado a se movimentar nesse sentido.

A fim de caracterizar o financiamento público por meio das bolsas do PIBIC-AF em Instituições Pública e Privadas, foi realizada a análise dos dados disponíveis no “Portal Memória — Histórico Bolsa/Ano” do CNPq. Devido ao coorte realizado nesse estudo, esse procedimento foi adotado somente para as bolsas dispensadas à Grande Área das Ciências da Saúde, entre os anos de 2009 e 2017. Por isso, abrem-se parênteses para trazer informações quanto à distribuição das bolsas dos PIBIC-AF pelas diferentes Áreas do Conhecimento.

A partir dos dados da página “Fomento Nacional”, inferiu-se o número total de bolsas do PIBIC-AF, disponibilizadas entre os anos de 2009 a 2017, obtendo-se a seguinte distribuição: Ciências Humanas - 1.161,5 bolsas (18,6%); Ciências Agrárias - 1.078,5 bolsas (17,3%); Ciências da Saúde - 887,1 bolsas (14,2%), Ciências Biológicas

- 774,3 bolsas (12,4%); Ciências Exatas e da Terra - 712,9 bolsas (11,4%); Engenharias - 619,0 bolsas (9,9%); Ciências Sociais - 488,5 bolsas (7,8%), Linguística e Letras e Artes - 379,4 bolsas (6,1%); Áreas Interdisciplinares e bolsas com áreas não foram informadas - 147,8 bolsas (2,3%) (CNPq, 2018).

Voltando à distribuição das bolsas pela natureza jurídica das Instituições de Ensino, foi possível identificar que todos os 928 egressos do PIBIC-AF realizaram sua iniciação científica em instituições públicas. Foi obtida a seguinte distribuição: 413 (44,5%) em Autarquias Federais, 228 (24,6%) em Autarquias Estaduais ou do Distrito Federal; 175 (18,8%) em Fundações Federais; 76 (8,2%) em Fundações Estaduais ou do Distrito Federal; 36 (3,9%) em outros Órgãos Públicos do Poder Executivo Federal.

Observou-se que o número de bolsas disponibilizadas para a Grande Área das Ciências da Saúde (887,1) foi menor do que o número de alunos que desfrutaram das mesmas. Isso revela que, em alguns casos, em um mesmo ano uma única bolsa de iniciação científica foi compartilhada por dois ou mais estudantes.

Dessa forma, nenhuma bolsa do PIBIC-AF foi destinada aos graduandos das universidades privadas. Sobre esse aspecto, fica claro que a expansão do mercado do ensino superior privado não foi acompanhada de política de inclusão/expansão das atividades de pesquisa nesse setor.

Tramita na Câmara Legislativa o Projeto de Lei 3.298/19 que cria o Programa Nacional de Apoio à Iniciação Científica (Pronaic), com o objetivo de angariar recursos para pesquisas realizadas nas universidades e faculdades do setor público e privado. Esse programa receberá suporte financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e de incentivos privados, baseados em renúncia fiscal.

Aumentar o investimento em pesquisa nas Universidades Particulares é muito importante. É urgente incentivar a pesquisa e a extensão para consolidar o tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, os Programas de Iniciação Científica se apresentam como uma alternativa para o desenvolvimento da pesquisa na graduação,

inclusive na modalidade à distância (BATTINI *et al.*, 2016; ALVIM; GARCIA, 2017).

A discrepância entre o número de bolsas fornecidas para PIBIC em relação ao PIBIC-AF é outro ponto observado na Tabela I. Destaca-se que o programa afirmativo recebeu o aporte de bolsas 30 vezes menor do que o PIBIC, no período de 2009 a 2017.

Sobre esse aspecto, é importante observar o caminho escolhido, ao invés de fomentar a proposição de reserva de vagas em Programas de Iniciação Científica pré-existentes, como o PIBIC, optou-se pela criação de um “braço” afirmativo desse programa, assim como, já havia o braço no ensino médio (PIBIC-Jr).

A reserva de vagas no PIBIC, adotando parâmetros semelhantes aos estabelecidos na Lei 12.711/2012, certamente destinaria um número muito maior de bolsas aos estudantes cotistas.

A opção pela criação do PIBIC-AF só se torna interessante, se as bolsas forem direcionadas ao incentivo de pesquisas em áreas que muitas vezes não são contempladas pelo PIBIC, como pesquisas nas áreas étnico-raciais e aquelas fundamentadas em epistemologias negras, indígenas e quilombola. Dessa forma, além de promover o acesso de cotistas às atividades de pesquisa, também haveria o incentivo ao estudo e à produção de conhecimentos que, historicamente, foram negligenciados ou subalternizados pela Academia e pela Ciência.

### **Confrontando fazimentos: entre proezas e agruras**

Antecipa-se a perniciosidade da disposição de confrontar o desempenho do PIBIC, um programa com 35 anos de existência e excelência comprovada por meio de inúmeras avaliações (SANTOS, 2021), com aquele apresentado pelo PIBIC-AF, um programa que ainda assume a configuração de um projeto-piloto.

Tal prática se justifica para contradizer os discursos quanto à defasagem no rendimento de graduandos cotistas, além de qualificar as realizações dos egressos do PIBIC-AF no Campo Científico e Acadêmico. Também é uma oportunidade de avaliar criticamente as práticas e estratégias adotadas até o momento.

Inicialmente, os parâmetros usados para avaliar os méritos do PIBIC-AF foram aqueles utilizados no processo de avaliação do PIBIC (CNPq, 2007), dentre eles: o ingresso na Pós-Graduação; o tempo para ingressar no Mestrado/Doutorado; a conclusão do curso de Mestrado e de Doutorado; a obtenção de bolsas de Mestrado; e a publicação de artigos.

Visto que esses parâmetros se relacionam diretamente com o conceito de Capital Científico Puro de Bourdieu, também foram observados outros parâmetros relacionados ao Capital Científico Institucionalizado. Esses quesitos nunca configuraram como componentes do processo avaliativo do CNPq, mas impactam diretamente na estrutura organizacional do Campo Científico e da Academia.

A partir das informações contidas na página “Fomento Nacional”, foram contabilizados 12.688 ex-bolsistas do PIBIC, 224 egressos do PIBIC-AF e outros 40 egressos que haviam participado de ambos os programas. Esses últimos não entraram no estudo por conta dos métodos estatísticos utilizados. Posteriormente, identificou-se que 22 egressos do PIBIC desativaram seus currículos na “Plataforma Lattes”.

Os resultados da extração das informações relativos aos parâmetros avaliados, assim como as análises estatísticas, encontram-se sumarizados no Tabela II.

**Tabela II**— Comparação entre o PIBIC e o PIBIC-AF (2009–2011)

FATOR ANALISADO	PIBIC (n=12.666)	PIBIC-AF (n=224)	TESTE ESTATÍSTICO (NC=95%)
Ingresso na Pós-Graduação, % (n)	45,1% (5713)	40,4% (90)	<i>Qui-Quadrado (p-valor =0,142)</i>
Conclusão do curso de Mestrado ou de Doutorado, % (n)	28,3% (3580)	23,2% (52)	<i>Qui-Quadrado (p-valor= 0,096).</i>
Tempo para o ingresso no Mestrado	Média = 1,9 Desvio padrão = 1,7 Mediana = 1,0	Média = 1,5 anos Desvio padrão = 1,4 Mediana = 1,0	Mann Whitney ( <i>p-valor = 0,103</i> )

Obtenção de bolsas de Mestrado, % (n)	20,7% (2.621)	19,6% (44)	Qui-Quadrado (p-valor = 0,700)
Publicação de artigos, % (n)	47,4% (5997)	36,6% (82)	Qui-Quadrado (p-valor= 0,001)

**Fonte:** CNPq, 2021. Acesso em: outubro de 2021.

A Tabela II demonstra que, em geral, existe uma paridade entre os dois programas, na maioria dos critérios adotados nas avaliações do CNPq, exceto no que tange à publicação de artigos (P-Valor < 0,05; NC = 95%), como apontam as análises.

O primeiro fator analisado foi o ingresso em cursos de Pós-graduação. Existem três formas de ingressar na Pós-graduação: por meio da especialização (*lato sensu*), pelo Mestrado e, em casos excepcionais, diretamente pelo Doutorado. Sobre esse parâmetro, a extração revelou que a soma dessas três entradas remete a uma equivalência (P-Valor = 0,14; NC = 95%) entre os programas.

Quanto ao curso de Especialização (*lato sensu*), observou-se que 3.757 (29,7%) egressos do PIBIC concluíram esse grau, resultado também obtido por 62 (27,7%) egressos do PIBIC-AF, não havendo diferença estatística entre os programas pelo teste estatístico Qui-Quadrado (P-Valor = 0,51; NC = 95%). Restringindo a análise à Pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e/ou Doutorado), observa-se a mesma equivalência (p = 0,096; NC = 95%), entre os dois programas, conforme a Tabela II.

Quanto à conclusão do Mestrado, uma vez que 1.841 (14,5%) dos ex-participantes do PIBIC informaram a conclusão desse grau em seus currículos, e para o PIBIC-AF o número de concluintes foi de 28 (12,5%), pode-se inferir a equivalência entre os programas pelo teste estatístico qui-quadrado (P-Valor = 0,39; NC = 95%).

Aprofundando essa análise ao nível do Doutorado, observou-se que a proporção de ex-bolsistas do PIBIC que relataram ter concluído o Doutorado foi quase o dobro daquela observada para o PIBIC-AF. Enquanto no PIBIC, 1.525 (12,0%) dos seus egressos relataram ter terminado o Doutorado, no PIBIC-AF foram 14 egressos



(6,2%). Essa significativa diferença numérica foi reafirmada pelo teste estatístico qui-quadrado (P-Valor = 0,008; NC = 95%).

Sobre esse aspecto, olhando para aqueles que adentraram a Pós-graduação *stricto sensu* diretamente pela via do Doutorado, observou-se que dos 158 egressos do PIBIC, 72 (45,6%) eram do curso de Medicina. Na Medicina, a maioria daqueles que ingressaram diretamente no doutorado, o fizeram por meio do Programa de Treinamento em Pesquisa Médica (MD-PhD). Esse programa visa à aceleração da formação de pesquisadores, especificamente na área de medicina (PIOTTO, 2020).

No programa MD-PhD, alunos com alto desempenho/aproveitamento, ingressam diretamente no curso de Doutorado durante ou após a finalização do curso de Medicina, desde que os mesmos tenham participado de um Programa de Iniciação Científica (PIOTTO, 2020).

Destaca-se que nenhum egresso do PIBIC-AF foi agraciado por esse programa. Se a reserva de vagas estivesse presente no programa MD-PhD, o número de doutores formados na Grande Área das Ciências da Saúde provavelmente apresentaria maior paridade entre os egressos do PIBIC e do PIBIC-AF.

Outro quesito analisado foi o tempo médio para ingressar no Mestrado ou diretamente no Doutorado após o término da graduação. Por se tratar de uma variável numérica foi utilizado o teste não paramétrico de Mann Whitney. Não foram avaliados os currículos que relatavam mais do que uma graduação e aqueles que não informavam a data de ingresso. Como resultado, o tempo médio para que os ex-integrantes ingressassem no Mestrado/Doutorado após a Graduação, foi de 1,9 anos para PIBIC e de 1,5 anos para o PIBIC-AF. Essa diferença não é estatisticamente relevante (P-Valor = 0,103; NC = 95%), mas reafirma a agência da iniciação científica sobre esse parâmetro.

Quanto à recepção de bolsas de Mestrado, a análise estatística também comprova que não existe diferença significativa entre os dois programas (P-Valor = 0,700; NC = 95%). As bolsas de estudos são fundamentais para a permanência dos estudantes na Pós-graduação, especialmente os mais pobres.

Sobre esse aspecto, embora o ingresso pelo sistema de reserva de vagas não assegure automaticamente o acesso às bolsas de Mestrado e Doutorado, alguns programas já criaram dispositivos para que os estudantes cotistas tenham preferência nessa distribuição. Essas iniciativas podem ser individuais, alicerçadas na autonomia desses programas ou podem estar ancoradas em políticas institucionais, como o ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 2022, seu Conselho de Ensino para Graduados expediu a Resolução n.º 118, que sinaliza a obrigatoriedade da reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência, em todos os processos seletivos, assim como na concessão das bolsas.

O investimento para o incremento das bolsas permanência dos estudantes na Pós-graduação pode vir do setor privado, como demonstra a experiência com o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford. A professora Dra. Iolanda de Oliveira, idealizadora e articuladora do Programa de Educação sobre Negros na Sociedade Brasileira (Penesb) da Universidade Federal Fluminense, reforça a importância do Financiamento da Fundação Ford e enfatiza que “foi com tal financiamento que tivemos a possibilidade de iniciar e dar visibilidade ao que idealizamos, sem nenhuma imposição da entidade financiadora” (OLIVEIRA, 2010, p. 213).

Diante da grande necessidade de impulsionar a formação desses pesquisadores, faz-se necessária e relevante uma avaliação crítica sobre a possibilidade da parceria público-privada como fonte de recursos.

É no quesito “publicação de artigos”, que começam a se revelar as disparidades entre os programas. Conforme o resultado do teste Qui-Quadrado ( $P\text{-Valor} = 0,0014$ ;  $NC = 95\%$ ) existe uma diferença estatística entre aqueles que participaram do Programa PIBIC e do PIBIC-AF quanto à publicação de, ao menos, um artigo.

Os resultados observados para o parâmetro “publicação de artigos” suscitam a reflexão sobre essas dificuldades encontradas por graduandos periféricos, indígenas e quilombolas em face da linguagem e da forma textual requerida na publicação de artigos.

Enquanto se observa uma quase simetria entre os programas na maioria dos quesitos relacionados ao Capital Científico Puro, como

foi visto até agora, para aqueles relacionados ao Capital Científico Institucionalizado, observou-se uma acentuada discrepância.

A partir da extração realizada com o ScriptLattes nos currículos de egressos que participaram do PIBIC e do PIBIC-AF entre 2009 e 2011, foram obtidos os resultados descritos na tabela abaixo que expressam a participação dos egressos no Campo Científico.

**Tabela III** — Posições ocupadas no Campo Científico

	PIBIC (12.666)	PIBIC-AF (224)
Direção-administração	649	9
Conselhos-comissões-consultorias	1.439	17
Membro-corpo-editorial	355	4
Revisor-periódico	4.063	54
Revisor-projeto-agência-fomento	77	1

**Fonte:** CNPq, 2021. Acesso em: outubro de 2021.

De fato, existe uma expressiva diferença entre o número de participantes do PIBIC (12.666) e do PIBIC-AF (224) que se reflete nesses resultados, porém o que se observa é a manutenção da estrutura de poder no Campo Científico.

Situação pior é encontrada no Campo Acadêmico. Olhando para a dimensão do Capital Científico Institucionalizado, no que se refere à ocupação das posições nas Universidades, observa-se que, dos 224 egressos que participaram do PIBIC-AF, apenas três são coordenadores e outros dois membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de Cursos de Graduação na Área de Saúde.

SITUAÇÃO

Em situação muito melhor, encontram-se os egressos do PIBIC, conforme o que se observa na Tabela IV.

**Tabela IV** — Posições dos egressos do PIBIC no Campo Acadêmico-Científico (2009–2011)

Atuação em Direção/Coordenação/Chefia	N.º DE EGRESSOS
Assessor de Pesquisa e Pós-Graduação	2
Assessor de Extensão	1
Chefia de Departamento/Setor	13
Coordenação de Curso de Graduação	43
Coordenação de Curso de Pós-Graduação	19
Membro do NDE	12
Coordenação de Disciplina/Área	43
Coordenação de Laboratórios	14
Coordenação de Núcleos ou Programas de Pesquisa	7
Coordenação do Comitê de Ética	1
Outras Coordenações	9
Diretoria do Campus/ Unidade	3

**Fonte:** CNPq, 2021. Acesso em: outubro de 2021.

Estima-se que o percentual de engajamento nas posições de destaque no Campo Acadêmico em ambos os programas são de, aproximadamente, 2%. Sobre esse aspecto é importante observar que os egressos do PIBIC-AF ainda não alcançaram todas as estâncias de poder ocupadas pelos egressos do PIBIC.

Por isso, é de suma importância a elaboração de políticas públicas e institucionais que elevem esses agentes às posições de poder. É preciso qualificar sem subalternizar, para incentivar a ascensão de negros, de quilombolas e de indígenas às posições de protagonismo nos cenários das instituições acadêmico-científicas brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta nacional pela política de cotas na educação teve como reflexo tardio a instauração da política afirmativa no Campo Científico, por meio da constituição do PIBIC-AF, sofrendo forte influência das demandas internacionais e por intervenção da SEPPIR.

Apesar do pequeno número de bolsas destinadas ao programa, o PIBIC-AF despontou como principal iniciativa de inclusão sócio-étnico-racial a partir da iniciação científica. Com pouco tempo de existência, esse programa demonstra resultados semelhantes àqueles observados no PIBIC.

A Grande Área das Ciências da Saúde aparece como a terceira maior contemplada pelo CNPq no PIBIC-AF. Esse enquadramento contribui, mesmo que em pequena escala, para a promoção da diversidade no corpo de pesquisadores em Saúde. Também colabora com a promoção e a construção de conhecimentos em saúde a partir das cosmovisões dos povos periféricos, pretos, indígenas e quilombolas.

Depreende-se que ainda existe um longo caminho a percorrer, principalmente no que se refere à ocupação das posições de poder no Campo Científico e Acadêmico. Dessa forma, destaca-se a importância da elaboração de políticas públicas e institucionais que contribuam para a ampliação das vagas, para a promoção do acesso aos Programas de Iniciação Científica e para garantia da ocupação das posições de destaque na Ciência e na Academia por negros, indígenas e quilombolas.

## Referência

ALVES, Elis Dener Lima. Pós-graduação: gargalos e desafios à efetiva abertura científica. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/2695>. Acesso em: 20 out. 2022.

ALVIM, Flávia Sousa; GARCIA, Fernando Coutinho. Mercantilização do ensino superior: uma análise sob a ótica dos coordenadores de curso de instituição privada. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/SPC2179-684X.2017.002.0001> . Acesso em: Acesso em: 19 dez. 2022.

BATTINI, Okçana; REIS, Sandra Regina; FRANÇA, Cyntia Simioni. A Legislação em EAD como Margem para o Estabelecimento de

Programas de Iniciação Científica. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 17, n. 3, p. 202-208, 2016. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsskroton.com.br/article/view/4157>. Acesso em: em: 10 dez. 2022.

BONIN, Jiani Adriana. Reflexões sobre a formação de iniciação científica em perspectiva cidadã. **Conexão: Comunicação e Cultura**, v. 14, n. 28, 2015. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo1029214-reflex%C3%B5es-sobre-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-inicia%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-em-perspectiva-cidad%C3%A3](https://redib.org/Record/oai_articulo1029214-reflex%C3%B5es-sobre-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-inicia%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-em-perspectiva-cidad%C3%A3). Acesso em: 15 dez. 2022.

BOURDIEU, Pierre. The Specificity of the Scientific Field and the Social Conditions of the Progress of Reason. **Social Science Information**, 14, n° 6, p. 304-317, 1975.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os Excluídos do Interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b. p. 217-227.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRIDI, Jamile Cristina Ajud. Atividade de pesquisa: contribuições da iniciação científica na formação geral do estudante universitário. **Olhar de professor**, v. 13, n. 2, p. 349-360, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/2521>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CARDOSO, Olinda Nogueira Paes; MACHADO, Rosa Teresa Moreira. Gestão do conhecimento usando data mining: estudo de caso na Universidade Federal de Lavras. **Revista de administração pública**, v. 42, p. 495-528, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110258/28665>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório Institucional 2007-2009**. Brasília:

Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em:  
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Plataforma Lattes - fomento**.

Investimentos do CNPq em CT&I, 2018. Disponível em:  
<http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmtmenu.jsp?op=1&sop=1>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Resolução normativa 017 de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2006.

DALLABONA, Carlos Alberto; SCHIEFLER FILHO, Marcos Flávio de Oliveira. Desempenho acadêmico de estudantes oriundos de escolas públicas: cursos de graduação do campus Curitiba da UTFPR. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia**.

Blumenau, SC, Brasil. s, 2011. Disponível em:  
<http://www.abenge.org.br/cobenge/legado/arquivos/8/sexsoestec/art2040.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

DIGIAMPIETRI, Luciano *et al.* Minerando e Caracterizando Dados de Currículos Lattes. In: **Brazilian workshop on social network analysis and mining**, 2012. Disponível em:  
<https://sol.sbc.org.br/index.php/brasnam/article/view/6868>. Acesso em: 217 set. 2021.

ESTÁCIO, Letícia Silvana dos Santos. A importância do Currículo Lattes como ferramenta que representa a ciência, tecnologia e inovação no país. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 22, n. 2, p. 300-311, 2017. Disponível em:  
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6484974>. Acesso em: 18 dez. 2020.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. **Filosofia, história e sociologia das ciências**, v. 1, p. 199-231, 1994. Disponível em:

<https://www.academia.edu/download/30857186/portocarrero-9788575414095-10.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v.30, n.106, p. 15–35, 2009.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, p. 173-197, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/sbMpbTCj34fBkxn35Ct45Nm/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. Pesquisas sobre iniciação científica no Brasil: características do seu desenvolvimento nas universidades e contribuições para os graduandos. **Revista Brasileira de iniciação científica**, v. 1, n. 1, p. 38-64, 2014.

Disponível em:

<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/12>. Acesso em: 01 dez. 2022.

MUGNOL, Márcio; GISI, Maria Lourdes. Avaliação de políticas públicas educacionais: os resultados do Prouni. **CONJECTURA: filosofia e educação**, Caxias do Sul, p. 122-139, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236118146.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2023.

NASCIMENTO, Tarcília Edna Fernandes do. **As cotas na Medicina: perfil, desempenho e percepções**. 2015. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências

Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/8488>. Acesso em: 17 mar. 2023.

OLIVEIRA, Adriano de; BIANCHETTI, Lucídio. Estudantes do ensino médio e o ensino superior: explicitando o modus operandi dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, p. 464-480, 2019. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/tt6cwkFhtz9V3HGRCWxp8TS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2020.

OLIVEIRA, Iolanda de. Negros e educação no Brasil: uma entrevista com o coração de uma militante acadêmica. **Perspectiva**, v. 28, n. 01, p. 213-224, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/154074>>. Acesso em: 20 dez. 2022

PINHO, Maria José de. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 22, p. 658-675, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/T33wvHSY5PvjWvdpfMmmTby/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 02 dez. 2022.

PIRES, Andréa de Paula. Os conceitos de campo científico, habitus científico e capital científico na análise da formação de pesquisadores para o campo da Política Educacional. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 7, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/T33wvHSY5PvjWvdpfMmmTby/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 02 dez. 2022.

PIOTTO, Hayslla Boaventura. **O Programa de Treinamento em Pesquisa Médica (MD-PHD), sua estruturação e difusão no Brasil**. 2020. 160f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/217623>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SANTOS, Lissandra Helena Barros. A contribuição do CNPq para a formação de recursos humanos para pesquisa: uma avaliação de impacto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas. Universidade Católica de Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2822>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SCARTEZINI, Natalia. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo**, n. 14, v.15, p. 25-37. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5159>. Acesso em: 15 jan. 2022.

TERRA, Ricardo Ribeiro. Humboldt e a formação do modelo de universidade e pesquisa alemã. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 24, n. 1, p. 133-150, 2019.

TEIXEIRA, J. C *et al.* Dinâmica de distribuição de fontes de capitais científicos entre docentes / pesquisadores de um programa de pós-graduação stricto-sensu de uma universidade pública. **Avaliação**, v. 17, n. 1, p. 179-206, 2012.

Recebido em: *Maio/ 2023*.

Aprovado em: *Outubro/ 2023*.